

Filosofia

Política,

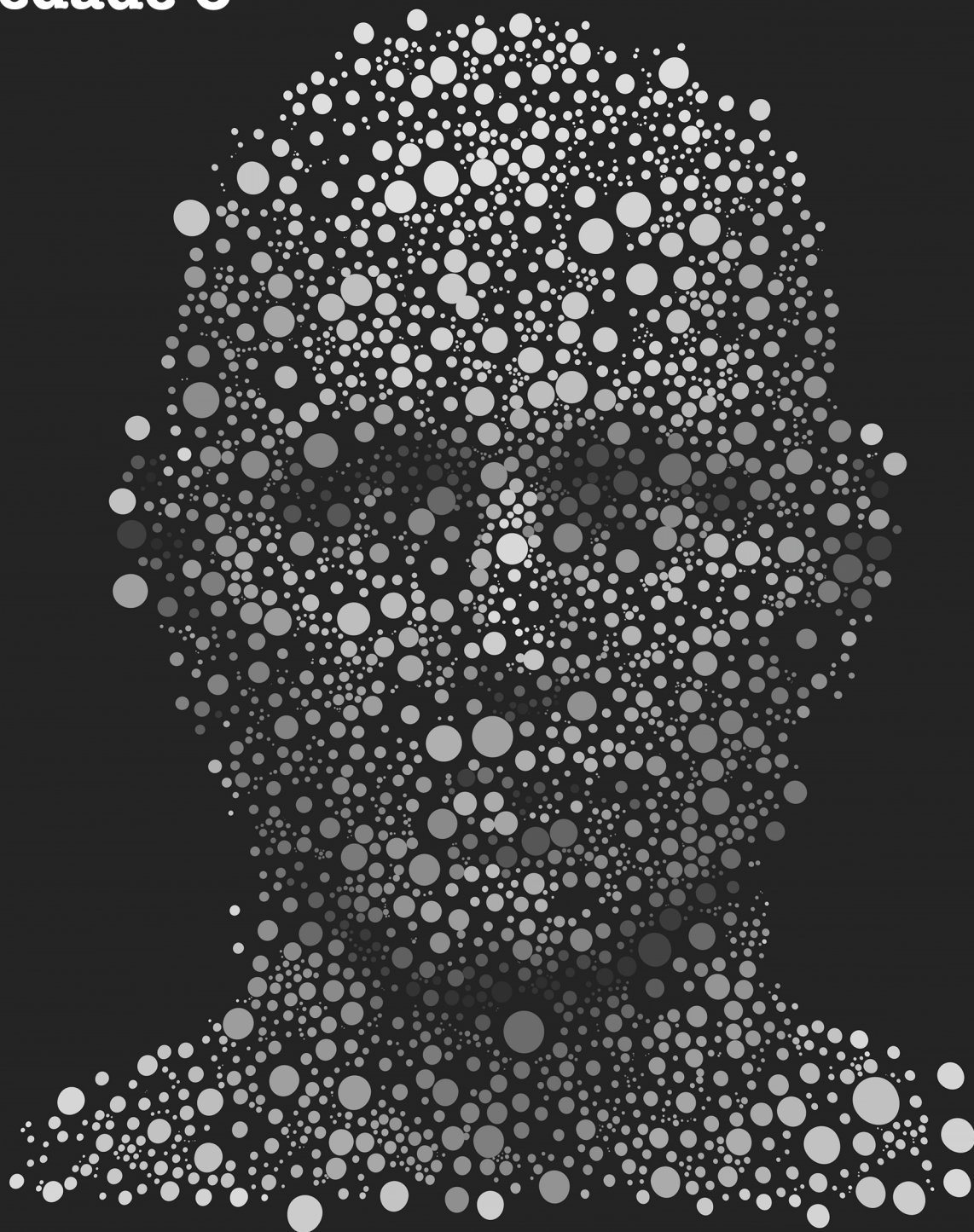
Educação,

Direito e

Sociedade 6

Atena
Editora

Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 6 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-099-5

DOI 10.22533/at.ed.995190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE - MS	
Pabliane Lemes Macena Novais Cristiane Portela Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.9951904021	
CAPÍTULO 2	13
A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO DOCENTE EM GOIÁS	
Kênia Guimarães Furquim Camargo Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida Márcia Campos Moraes Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.9951904022	
CAPÍTULO 3	24
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS PESQUISAS STRICTO SENSU DO BRASIL	
Rayane de Jesus Santos Melo Milena Ross do Nascimento da Silva Mary Cidia Monteiro Sousa Costa	
DOI 10.22533/at.ed.9951904023	
CAPÍTULO 4	37
A HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE DIDÁTICA NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “DR. CARDOSO DE ALMEIDA” – BOTUCATU-SP (1953-1975).	
Laiene Okimura Kadena Leonardo Marques Tezza Rosane Michelli de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.9951904024	
CAPÍTULO 5	49
ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Maria Letícia Cautela de Almeida Machado Paula da Silva Vidal Cid Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9951904025	
CAPÍTULO 6	64
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO CEARÁ: HISTÓRIA, MEMÓRIA E FOTOGRAFIA	
Antonia de Abreu Sousa Elenilce Gomes de Oliveira Maria das Dores Viterbo Pereira Rhayane Hetley Santos de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.9951904026	
CAPÍTULO 7	74
A PRÁTICA DIDÁTICA E PEDAGÓGICA DIANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	
Nadja Regina Sousa Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.9951904027	

CAPÍTULO 8	80
FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E ENSINO RELIGIOSO: ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NA ESCOLA NORMAL RURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA	
Fernanda Batista do Prado Nilce Vieira Campos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9951904028	
CAPÍTULO 9	92
FORMAÇÃO DOCENTE: SABERES E DILEMAS	
Daniela Fernandes Rodrigues Farbênia Kátia Santos de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.9951904029	
CAPÍTULO 10	102
PROFESSORES INICIANTES E SUA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA ATUAÇÃO NAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DE UMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE - MS	
Pabliane Lemes Macena Novais Cristiane Portela Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.99519040210	
CAPÍTULO 11	115
A CRIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO TECNOLÓGICO E O DESAFIO ÀS DEMANDAS DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS NO AMAZONAS	
Maria do Carmo Ferreira de Andrade Ana Cláudia Ribeiro de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.99519040211	
CAPÍTULO 12	126
TECNOLOGIA E PEDAGOGIA NO ENSINO A DISTÂNCIA DE ENGENHARIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE SUCESSO	
Manuel Gradim de Oliveira Gericota André Vaz da Silva Fidalgo Paulo Alexandre Duarte Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.99519040212	
CAPÍTULO 13	135
A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO APOIO PEDAGÓGICO AOS PROFESSORES	
Ricardo Rafaell da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.99519040213	
CAPÍTULO 14	140
TECNOLOGIA NA SALA DE AULA: CONHECENDO OS ENTRAVES	
Mônica Izilda da Silva Adriana Vaz Eféisio Emanuel Marianna Centeno Martins de Gouvêa	
DOI 10.22533/at.ed.99519040214	

CAPÍTULO 15 147

TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Priscilla Aparecida Santana Bittencourt
João Pedro Albino

DOI 10.22533/at.ed.99519040215

CAPÍTULO 16 152

O USO DE VIDEOAULAS COMO FERRAMENTA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM QUÍMICA

Cezar Nonato Bezerra Candeias
Luis Henrique Pereira de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.99519040216

CAPÍTULO 17 162

ADAPTAÇÕES NO USO DOS JOGOS DIDÁTICOS DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA EM TURMAS DE 1º E 2º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO MUNICIPAL DE FORTALEZA

Eliziete Nascimento de Menezes

DOI 10.22533/at.ed.99519040217

CAPÍTULO 18 169

ALFABETIZAÇÃO MIDIÁTICA E INFORMACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO DIGITAL: UMA PERCEPÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL

Valéria Pinto Freire
Daniel Bramo Nascimento de Carvalho
Luciano Matos Nobre

DOI 10.22533/at.ed.99519040218

CAPÍTULO 19 191

ABORDAGEM METODOLÓGICA DE CHARGES EM LÍNGUA INGLESA EM SALA DE AULA

Ana Kécia da Silva Costa

DOI 10.22533/at.ed.99519040219

CAPÍTULO 20 197

RELATOS DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTÁGIO EM PSICOPEDAGOGIA: AS DIFICULDADES DE SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO SEXUAL NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Gabriella Rossetti Ferreira
Paulo Rennes de Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.99519040220

CAPÍTULO 21 208

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO TÉCNICO: OLHARES, QUESTIONAMENTOS E CAMINHOS

Denise de Almeida Ostler
Eduardo Calsan

DOI 10.22533/at.ed.99519040221

CAPÍTULO 22 216

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE NO MESTRADO PROFISSIONAL: CONCEITOS, PRÁTICAS E CAPACIDADES DESENVOLVIDAS SEGUNDO OS MESTRANDOS

Adilene Gonçalves Quaresma

Ari Silva Gobira

Eva Prado

DOI 10.22533/at.ed.99519040222

CAPÍTULO 23 230

LÍNGUA OU LÍNGUAS PORTUGUESAS? A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO NOS PAÍSES LUSÓFONOS

Alexandre António Timbane

Zacarias Alberto Sozinho Quiraque

DOI 10.22533/at.ed.99519040223

CAPÍTULO 24 251

O ENSINO DE QUÍMICA NO 9º ANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA SOB A ÓTICA DISCENTE

Amílcar Célio França Pessoa

DOI 10.22533/at.ed.99519040224

CAPÍTULO 25 263

UMA VIVÊNCIA INTERDISCIPLINAR DA HISTÓRIA DO BRASIL ATRAVÉS DO RAP E DA POESIA.

Andrey Soares Pinto

Mariana Aragão de Macêdo

Jéssica Laine Ramos Tavares

DOI 10.22533/at.ed.99519040225

CAPÍTULO 26 268

EDUCAÇÃO EMANCIPADORA X EVASÃO ESCOLAR: entre o utopismo dialético e a distopia atual

Sandro José Costa Rebouças

Catarina Angélica Antunes da Silva

Bruno Chagas Carneiro

Gilson de Sousa Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.99519040226

CAPÍTULO 27 276

AÇÃO EDUCATIVA E REFORMADORA EM PORTUGAL: A PEDAGOGIA DE DOM FREI MANUEL DO CENÁCULO

Cássia Regina Dias Pereira

DOI 10.22533/at.ed.99519040227

CAPÍTULO 28 290

APRENDIZAGEM: COMO EDUCADORA E EDUCADOR SOCIAL, O QUE É FUNDAMENTAL SABER SOBRE O TEMA?

Juliana dos Santos Rocha

Marlise Silva Lemos

Tamires Pinto Alves

DOI 10.22533/at.ed.99519040228

CAPÍTULO 29 302

ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR NO ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA UTILIZADOS EM CATALÃO, GOIÁS

Suelen Oliveira
Ana Flávia Vigário

DOI 10.22533/at.ed.99519040229

CAPÍTULO 30 314

REFLEXÕES SOBRE ÉTICA NAS PRÁTICAS ESCOLARES DO ENSINO BÁSICO CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA “PARA/COM” CRIANÇAS

Natalia Barboza Netto

DOI 10.22533/at.ed.99519040230

CAPÍTULO 31 325

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE AS POLITICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: 2013 - 2016

Maria Judivanda da Cunha
Bernardino Galdino de Senna
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Fábio Alexandre Araujo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.99519040231

CAPÍTULO 32 333

GÊNERO TEXTUAL ORAL DA ESFERA RELIGIOSA: ESTUDO DA PREGAÇÃO

Angélica Prestes Rosas
Letícia Jovelina Storto
Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.99519040232

CAPÍTULO 33 342

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS NO PROJETO ESCOLA LABORATÓRIO: DIALÓGOS E APROPRIAÇÕES MEDIADOS PELA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Mayara Broxado Dias
Marise Marçalina de Castro Silva Rosa
Ilana Fernandes da Silva
Natalia Ribeiro Ferreira
Cláudia Andréia dos Santos Cardoso
Vandercléia de Jesus Sousa Martins
Dinair da Silva Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.99519040233

CAPÍTULO 34 349

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO ESTRATÉGIA PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

Herika Paiva Pontes
Luana de Sousa Oliveira
Rafaela Lima Nascimento
Maria Helena de Agrela Gonçalves Jardim
Geraldo Bezerra da Silva Júnior
Mirna Albuquerque Frota

DOI 10.22533/at.ed.99519040234

CAPÍTULO 35 357

ENSINO APRENDIZAGEM DE FUNÇÃO ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS E REPRESENTAÇÕES MÚLTIPLAS

[Jefferson Dagmar Pessoa Brandão](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040235

CAPÍTULO 36 367

UM ESTUDO SOBRE O MATERIAL APOSTILADO NO ENSINO FUNDAMENTAL: NA VISÃO DOS ALUNOS

[Sônia Aparecida Siquelli](#)

[Carlos Eduardo Negrão](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040236

CAPÍTULO 37 376

“EU TROPEÇO, MAS NÃO DESISTO”: CONDIÇÕES MATERIAIS E IMATERIAIS QUE JUSTIFICAM A PERMANÊNCIA DE PROFESSORES DE REDES PÚBLICAS E PRIVADAS NA PROFISSÃO

[Rodnei Pereira](#)

[Luciana Andréa Afonso Sigalla](#)

[Lisandra Marisa Príncipe](#)

DOI 10.22533/at.ed.99519040237

SOBRE A ORGANIZADORA..... 388

FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E ENSINO RELIGIOSO: ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NA ESCOLA NORMAL RURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA

Fernanda Batista do Prado

Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação

Cuiabá - Mato Grosso

Nilce Vieira Campos Ferreira

Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação

Cuiabá – Mato Grosso

RESUMO: Diferentes espaços na educação foram ocupados por mulheres e essa temática nos levou a investigá-las como objeto de pesquisa. Durante muito tempo, mulheres foram silenciadas nas histórias, anuladas nos registros que contam o processo histórico de atuação da mulher na sociedade. O acesso às esferas educacionais e profissionais, contudo, não foi fácil. Dificuldades e entraves à sua escolarização foram colocados, pois os familiares e a sociedade compreendiam que a educação feminina deveria se restringir ao doméstico. Propomo-nos levantar e analisar fontes que nos levem a refletir e investigar a educação da mulher em Porto Velho e, por extensão, a forma como ela foi e continua sendo tratada historicamente. Inserir as mulheres como sujeitos da história é o que torna a investigação desse tema relevante. Procedemos a uma análise histórica apoiada em referências bibliográficas e fontes documentais

que coletamos e que retratam a educação feminina em uma instituição escolar brasileira do início do século XX, feminina e religiosa. Ponderamos aspectos referentes à formação feminina, considerando o contexto sociopolítico e as particularidades da sociedade que as “produzia” e como podem constituir fontes centrais para o processo de investigação, bem como, a compreensão da importância em se estudar a memória de uma instituição de ensino. Ressalvamos que este texto compõe parte de uma pesquisa de mestrado concluída em março de 2017, que procurou avaliar a importância social dada ao processo de investigação e compreensão da História da Educação e da formação de professoras normalistas em Porto Velho.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Normal Rural. Escolarização feminina. História da Educação. Instituição Salesiana.

1 | INTRODUÇÃO

Neste texto analisamos como se deu a formação de professoras normalistas rurais, nível secundário, em Porto Velho, nos anos de 1938 a 1946. Dessa maneira, investigamos a história da educação das mulheres, buscando responder como se deu o percurso da educação feminina na formação como professoras

normalistas rurais da Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora, ENRA, pois compreendemos, como Jane Soares de Almeida (2007), que a história das mulheres vem se tornando “um campo bastante promissor”, mas ainda há lacunas nas quais a invisibilidade feminina não foi superada e permanece ainda nas margens da narrativa histórica.

Propomo-nos, portanto, a partir de fontes documentais, tais como matrizes curriculares, programas de curso, livros de promoções e termos de visitas coletados no acervo da instituição escolar, além de outros documentos disponíveis nos arquivos públicos de Mato Grosso e de Porto Velho, como legislações, relatórios e periódicos, investigar como ocorreu essa formação para mulheres analisando as práticas educacionais ofertadas pela instituição durante o período em estudo e que envolveram o magistério feminino.

Partindo da concepção de que a mulher, a professora é um sujeito histórico, tentamos encontrar uma resposta para os nossos questionamentos, pensando ser relevante compor a memória da instituição, buscando refletir sobre a formação imposta a elas por meio da doutrina católica moral-religiosa.

Contribuíram para essa pesquisa os estudos de autores da História da Educação, História das Instituições Educativas e História das Mulheres, tais como Maria Luísa Santos Ribeiro (1993); Guacira Lopes Louro (2013); Jane Soares de Almeida (2007); Paolo Nosella e Ester Buffa (2009), entre outros.

Ressalvamos nossa compreensão, a partir das obras analisadas, de que às mulheres estava reservado o ambiente doméstico, o espaço do lar, as mulheres deviam ser vistas como sinônimos de pureza e virtude feminina. Nessa perspectiva, a educação das moças na ENRA incluía a formação confessional fundamentada em valores e condutas morais religiosas que serviam de norma sobre como as mulheres deveriam se comportar, utilizando da religião como arma eficaz para manter a servidão, tendo o cristianismo representado a forma mais efetiva de “controle do corpo e da alma acobertada pela louvação à maternidade e à sacralidade dessa missão” (ALMEIDA, 2007, p. 80).

2 | ORIGEM E OBRA DAS FILHAS DE MARIA AUXILIADORA

A ENRA, em Porto Velho, fundada pelas Filhas de Maria Auxiliadora, iniciou seus trabalhos em 1930, com a chegada dos sacerdotes e Irmãs Salesianas na região Norte do país. Pensamos ser importante destacar, brevemente, o percurso que as FMA cumpriram até aportarem em Porto Velho para melhor compreensão dos fundamentos, ideais e do público que visavam alcançar com suas obras.

A história da Associação das FMA teve início a partir da criação da Congregação Salesiana por Dom Bosco. Institucionalizada em 1870 por ordem do Papa Pio IX, Dom Bosco fundou a Congregação Salesiana estabelecendo um trabalho missionário para com os jovens abandonados de Turim, Itália (CASTRO, 2014, p. 61).

Segundo Yara Penteado (1996), inicialmente denominada Associação Filhas da Imaculada, o Século XIX datou a criação de uma irmandade ou associação leiga que teve como foco as atividades da Igreja e as obras de Deus, contando com o apoio do Padre Pestarino e Padre Frassinetti e com Maria Mazzarello à frente da obra.

A origem da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora se deu em 1857, quando a Associação tornou-se oficial aos olhos do Capítulo Superior dos Salesianos que concordou com a criação de uma congregação feminina (PENTEADO, 1996). A autora assinalou que em 1864 Dom Bosco realizou uma visita à Monerese, Itália, para conhecer as atividades que estavam sendo realizadas pelas Filhas de Maria Imaculada e reconheceu “o sopro do Espírito Santo” em Maria Mazzarello. Criada e oficializada, a Congregação das FMA partiu para as missões na América.

Segundo Riolando Azzi (1999), atendendo os apelos da Santa Sé, Dom Bosco e as FMA deslocaram-se para a América almejando evangelizar os povos indígenas. Embora, na América, a Congregação tenha visado à evangelização de povos indígenas, em Porto Velho as atividades foram para outros dois rumos: educação e saúde.

Ivone Goulart Lopes (2010) destacou que em 1877 partiu de Mornese a primeira expedição missionária das FMA para o Uruguai. Esse fato marcou o início das atividades missionárias das Irmãs Salesianas na América Latina. Logo após a proclamação da República, ainda em 1881, Padre Luigi Lasagna foi nomeado inspetor das casas Salesianas no Uruguai e Brasil, o que o levou a conhecer o território brasileiro em 1882, movimentando-se para a região de Belém entusiasmado com os horizontes missionários.

Para Mauro Gomes da Costa (2009), após ser proclamada a República em 1889, o catolicismo deparou-se com a obrigação de abrir novas frentes. O Estado, ao proclamar-se laico, induziu a Igreja a estabelecer-se em novas regiões e, dessa maneira, o Brasil atraiu novas ordens religiosas para o país. Costa (2009) ressaltou que os diversos interesses salesianos uniam-se aos interesses do Estado brasileiro. Desse modo, a Santa Sé sentiu-se atraída a expandir a fé católica, principalmente após serem expulsos de suas terras pela Secularização, enviando ordens missionárias para fora da Europa, criando dioceses que prezassem pela aliança com os setores econômicos, a política local. O objetivo das ordens religiosas era buscar novos territórios, aliando-se aos governantes no intuito de pacificação e docilização dos povos que ali viviam.

De acordo com Azzi (1999), a chegada dos Salesianos no Brasil deu-se, primeiramente, com a vinda dos padres e sacerdotes Salesianos fruto de dois projetos: de um lado, o desejo de Dom Bosco por iniciar atividades educativas no Brasil, e de outro, a insistência dos bispos brasileiros para obter colaboração dos religiosos Salesianos para implantar e consolidar o modelo tridentino da fé católica. Os anos finais do Século XIX datou o envio das primeiras missionárias FMA para o Brasil por ordem do Inspetor Lasagna, entretanto, foi apenas em 1895 que a primeira expedição das FMA se estabeleceu em Cuiabá, objetivando o início das atividades na Missão da Colônia Teresa Cristina (LOPES, 2010, p. 39-40).

Do ponto de vista do colonizador religioso, foi possível notar que, educar povos indígenas tratava-se de impor a eles a cultura do colonizador, o que implicava em “civilizar” esses povos, negligenciando os ensinamentos e aprendizados da própria cultura autóctone, que eram transmitidos por gerações e fazem parte da história e cultura desses povos. Dessa forma, compreendemos que o intuito dos colonizadores religiosos era o de propagar a fé católica e converter os nativos à fé cristã, estendendo esses ensinamentos aos saberes básicos de letramento, estabelecendo atividades distribuídas de acordo com o sexo.

Notamos que as missões religiosas objetivavam educar esses povos por meio da catequese. Os religiosos afirmavam as diferenças existentes entre as duas realidades, a etnocêntrica e a dos nativos, objetivando combater um “atraso” por parte dos povos indígenas. Costa (2009) destacou que as missões em Mato Grosso estavam logrando sucesso, o que levou a atenção dos Salesianos também para a fundação de dioceses no Amazonas.

A ação salesiana na Amazônia remonta à criação pela Santa Sé da Prefeitura Apostólica do Rio Negro, em 1910, confiada à Congregação Salesiana em 1914, mas o início efetivo se deu com a fixação da comunidade salesiana e do prefeito apostólico em São Gabriel da Cachoeira em 1916, precedida de uma visita de reconhecimento em 1915. (COSTA, 2009, p. 7).

Dessa maneira, as Irmãs Salesianas chegaram ao Amazonas, em 1923, nas missões de São Gabriel da Cachoeira e Taracuá. No ano de 1925 foi criada a Prelazia de Porto Velho, entretanto, as atividades das irmãs nos âmbitos hospitalar e educacional só tiveram início em 1930.

Nesse contexto, notamos que, em Porto Velho, o jornal Alto Madeira relatou a criação da Prelazia como sendo relevante para toda a população, o que coaduna a ideia de que os habitantes seriam “favorecidos” pelos benefícios da Igreja.

[...] o Exmo. Sr. Dr. Superintendente Municipal recebeu do ilustre Sr. Monsenhor Pedro Massa um telegrama comunicando a criação de uma Prelatura Apostólica nesta cidade, acontecimento de significativa importância que não pode passar despercebido ao apreço da nossa população católica, que o terá com muita relevância para o seus sentimentos religiosos. [...] Na sua última viagem à Roma, Monsenhor Pedro Massa tratou com vivo interesse desse assunto, conseguindo como se vê, a criação de uma Prelatura para esta cidade, prestando assim um grande serviço à região do Madeira, cujos habitantes dentro de pouco tempo fruirão os seus benefícios. É motivo pois, de grande contentamento para todos nós, tão auspiciosa notícia; e, ao tempo em que transmitimos parabéns à nossa população por este notável acontecimento, felicitamos igualmente ao Rvmo. Padre Dr. Raymundo Oliveira, digno pároco desta freguesia e ao ilustre Monsenhor Pedro Massa, por verem realizada ideia que tão nobremente defenderam (ALTO MADEIRA, 1925, p. 1).

Havia ligação entre a prefeitura de Porto Velho e a vinda e instalação dos sacerdotes Salesianos e Irmãs Salesianas no local. A instalação da Prelazia aconteceu simultaneamente a um período em que a Igreja Católica procurou fundar uma série de colégios por todo o território brasileiro, almejando formar uma elite nos moldes do catolicismo que levaria a reprodução do discurso católico em diversas instâncias

públicas, tanto na elaboração de leis quanto para uma administração burocrática de estados e municípios, ou seja, visavam introduzir os dogmas da Igreja Católica sobre a sociedade e, nesse caso, utilizando-se da elite política.

Com um intenso movimento em favor da educação, os anos de 1930 trouxeram consigo novo governo, novo presidente, novos instrumentos legais para o âmbito educacional e várias reformas educacionais tiveram início em diferentes unidades da federação. Também foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo foco das ações da pasta seria as reformas do ensino superior e secundário (RIBEIRO, 1993), considerado por Capanema que “a fundação do Ministério da Educação e Saúde, cuja obra, em quinze anos de progressivo desenvolvimento, representa o ponto de partida, realmente decisivo” para o desenvolvimento da educação brasileira. (CAPANEMA, 1946, p. 1).

Penteado (1996) afirmou que as FMA consolidaram sua presença no Brasil no período correspondente aos anos de 1917 a 1942, atuando na educação e na área hospitalar, com vistas a semear os princípios e morais religiosos salesianos para a população. Em Porto Velho, as FMA chegaram em 1930 e iniciaram suas atividades a partir da fundação da Escola Paroquial, primeira denominação da ENRA que durou até 1935.

Encontramos no jornal Alto Madeira, jornal de maior circulação em Porto Velho no Século XX, uma notícia procedente da Prefeitura Municipal de Porto Velho comunicando sobre o auxílio oferecido para a Prelazia de Porto Velho para que fossem iniciados os trabalhos na cidade.

O município, a título de subvenção (!) conferiu a essa Prelazia a importância de seis contos de réis, como auxílio à instalação dos seus trabalhos nesta cidade. Não podendo de vez ser paga dita importância, deliberou a Prefeitura levar a sua conta o consumo mensal de água e luz da Prelazia na importância de 70\$000, em média. O ato nº 152 de 8 de janeiro findo, de V. Exc. sobre instruções aos prefeitos municipais, proíbe as subvenções. Tendo em consideração, porém, as indiscutíveis utilidades dessa Prelazia, já mantendo à pobreza no hospital, com quinze leitos bem confortáveis, médico, farmácia e enfermarias; já cogitando de instalações de engenhos para beneficiamento de arroz; e sobretudo pela sementeira de moral cristã, que realiza cotidianamente na alma em formação de criancinhas, na maioria, carentes de melhor assistência paterna: eu peço a V. Ex. continuar a Prefeitura com o insignificante auxílio de pagar por conta da aludida subvenção (!) o consumo de água e luz. (ALTO MADEIRA, 1931, pp. 1-2).

Percebendo o vasto campo educacional que poderia ser explorado, as FMA fundam a Escola Paroquial com a intenção de educar e instruir mulheres na cidade de Porto Velho, ofertando uma educação pautada nos valores salesianos. Os valores cristãos eram uma referência para a comunidade de Porto Velho e esses valores continuavam a prevalecer nas escolas, embora desde a proclamação da República a educação devesse ser laica. Louro (2013) expressou esse ideário de boa instrução destinada à mulher a partir de uma educação pautada nos valores cristãos.

Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. Deve-se notar que, embora a expressão cristã tenha um caráter mais abrangente, a referência para a sociedade brasileira da época era, sem dúvida, o catolicismo. Ainda que a República formalizasse a separação da Igreja católica do Estado, permaneceria como dominante a moral religiosa, que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria (LOURO, 2013, p. 447).

No primeiro ano da Escola Paroquial, além das aulas de catecismo e Oratório Festivo, eram ofertadas pelas Irmãs aulas de trabalhos manuais e pintura. Yêdda Borzacov (2007) assinalou que durante muitos anos, além da administração pedagógica e do hospital, as Irmãs “abriram cursos de corte e costura, bordado, pintura, arte culinária e confecções de flores” (BORZACOV, 2007, p. 130). Desde 1932, eram publicadas notas que ressaltavam que a professora deveria pautar-se por um comportamento moral impecável e a elas cabia atender de forma assídua as exigências determinadas por um contexto sociopolítico, conforme o excerto do jornal Alto Madeira.

A verdadeira educação transforma almas, tornando-as virtuosas, dando-lhes os elementos de que carecem para serem felizes. A educação é o elemento transformador da humanidade, fazendo desaparecer da face da terra o egoísmo, a vaidade e o orgulho, víboras de cem cabeças que corroem a felicidade na terra. Hoje conhecedor das misérias humanas, venho-vos: educai vossos filhos, preparando assim para o complemento das suas provações, para que quando chamados possam ser dos escolhidos e passar à direita do Pai Celeste. (ALTO MADEIRA, 1932, p. 2).

A Escola Paroquial passou a ocupar o prédio próprio em 1º de março de 1935, quando a escola finalizou a obra e recebeu a visita do Fiscal Escolar Aluizio Pinheiro Ferreira que em seu relato observou que a escola era “um grande prédio, situado em um dos pontos mais altos e pitorescos”, o mais majestosos que a cidade havia visto até então. (IMA, 2000, p. 6).



Figura 1 – Fachada do Instituto Maria Auxiliadora, 1935.

Acervo do Instituto Maria Auxiliadora, Porto Velho/RO.

A escolha de construção desse prédio, um edifício monumental para a época, parece ter como objetivo destacar os investimentos realizados pelos salesianos em

uma edificação construída e planejada para servir ao ensino, mas buscando finalidades próprias, isto é, ser reconhecido pela população como lugar de ensino, confortável, asseado e agradável às crianças e aos jovens, uma instituição integrada à igreja e à vida urbana. A ENRA serviria como instrumento difusor do ideário de modernização e de progresso.

Pensamos que o investimento que religiosos e autoridades locais estavam destinando à criação da diocese apostólica em Porto Velho foi um instrumento eficaz para empreender um projeto de cristianização no local, o que acabou contribuindo diretamente para a propagação da fé católica na região. Um aspecto importante que deve ser considerado é que a imprensa, como um meio de comunicação, acabava cumprindo um papel de apoio à vinda dos religiosos ao local e discernindo o acontecimento como uma benfeitoria, algo grandioso e auspicioso para a população.

As FMA dedicavam-se a formar uma mulher feminina, dócil, religiosa, cuja pureza e virtude eram exaltadas. Ofereciam cursos para preparação inicial das alunas que, ainda muito pequenas, já adentravam a vida escolar na Escola Paroquial, absorvendo os valores cristãos desde novas.

O edifício escolar era um monumento arquitetônico para as pessoas da cidade. Uma grande obra construída e localizada no ponto mais alto e central da localidade. O colégio chamava a atenção de todos que por ali passavam. Desse modo, a ENRA prosperaria ao longo dos anos.

3 | FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NA ESCOLA NORMAL RURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA EM PORTO VELHO (1938-1946)

Primeiramente, a escola buscou educar e instruir as jovens sob o ensino de disciplinas destinadas a desenvolver o conhecimento, prescritas pelas políticas públicas educacionais juntamente com a transmissão de valores católico-cristãos. Embora ainda sob os princípios religiosos, estaria, agora, organizada e focada em formar professoras normalistas rurais (AZZI, 2002).

Conforme observado por Ester Buffa e Paolo Nosella (2009), o foco das pesquisas que abordam a temática das instituições escolares está voltado, em sua maioria, para a história da instituição, sua criação, implantação e evolução, havendo também, aspectos como formação de professores e/ou professoras, experiências pedagógicas inovadoras, origem social da clientela escolar, entre outros.

Investigamos em nossa pesquisa os aspectos característicos da educação ofertada para as mulheres com vistas a formarem professoras normalistas rurais na ENRA, realizando uma leitura atenta às fontes encontradas e coletadas em acervos públicos (Cuiabá, Porto Velho, Inep, CNE e IBGE/DF) e no próprio acervo da instituição.

No período de 1938 a 1946, ainda vigoravam as tendências escolanovistas, e o período também foi identificado como uma época de “otimismo pedagógico”, pois

predominava um sentimento “de esperança de democratizar e de transformar a sociedade por meio da escola” (ARANHA, 1996, p. 198).

Para Jorge Nagle (2001), a consequência desse estado de espírito republicano no movimento social e político, principalmente, na Primeira República evidencia múltiplos aspectos de conflitos sociais, com a coexistência do “entusiasmo” e do “otimismo” que colocam a educação no centro do debate social, com o surgimento de amplas discussões e frequentes reformas da escolarização.

O que distingue a última década da Primeira República das que a antecederam, foi justamente isso: a preocupação bastante vigorosa em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis. Com isso, aparecem novos esquemas de enquadramento desse processo ou, pelo menos, velhos esquemas são repensados e antigas aspirações são revigoradas, com o que se procura criar as condições institucionais apropriadas para a sua aplicação e realização (NAGLE, 2001, p. 134).

Segundo Josemir de Almeida Barros (2013), após ser proclamada a República, muitos estados brasileiros passaram por reformas de ensino. Por um lado, predominava a promoção do acesso da população pobre à instrução e, por outro, a garantia do acesso ao novo tempo, ao tempo moderno. Nesse momento de transformações, mesmo com a obrigatoriedade do ensino e sua gratuidade no que dizia respeito à instrução pública primária, a realidade da educação no ambiente rural configurava-se marcada pelo caos e por fragilidades de políticas públicas (BARROS, 2013, p. 169).

Utilizando-nos das palavras de Maria de Fátima Cavalcanti Machado Cruz (2000), surgiram pressões sobre a necessidade de aumentar as oportunidades educacionais. Profundamente influenciados pelas teorias positivistas, que consideravam a mulher, “naturalmente dotada da capacidade de cuidar das crianças”, os representantes do governo republicano encaravam o magistério como profissão para mulheres (CRUZ, 2000, p. 90).

No período de 1938 a 1945, o Brasil vivenciava um amplo processo de industrialização do país. Com relação à matrícula de estudantes, durante a seleção nas escolas, persistia um aspecto discriminador e a continuidade de aplicação de exames e provas que tornavam o ensino cada vez mais seletivo, bem como prosseguia a recomendação explícita na Lei, de 1942, de encaminhar as mulheres para os “estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina” (ARANHA, 1996, p. 202).

Nos anos de 1938 a 1946, a ENRA se dedicou a formar professoras normalistas rurais na cidade de Porto Velho. Portanto, houve a criação da primeira escola normal rural de Porto Velho, a Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora, nível médio, no ano de 1937 (IMA, 2000). Parece-nos que a instalação do curso de magistério atendia a uma necessidade de expansão da Igreja, do conhecimento que padres e irmãs tinham da concepção da educação regional, da falta de instituições escolares e da necessidade que as Irmãs encontraram de fundar escolas para conquistar mais seguidores para suas causas.

Analisando o contexto sociopolítico da época, as FMA aderiram à mudança de foco da educação que estava sendo ofertada para a população feminina. Dóris Bittencourt Almeida (2001) mencionou essa articulação entre Estado e Igreja relacionado ao ensino rural que determinava a importância do professor rural, cuja formação era marcada por um discurso tradicionalista de moral e ética cristãs.

As ligações entre Estado e a Igreja no plano do ensino rural são determinantes para a compreensão do significado e da importância do/da professor/a rural e de seu trabalho junto às comunidades do interior. A influência da Igreja e seus discursos possibilitou difundirem-se concepções acerca do papel do/da professor/a, a própria noção de vocação para o magistério, encarando-o menos como uma profissão e mais como um sacerdócio. A valorização de parâmetros culturais rurais sob a visão do catolicismo são exemplos das relações que se estabelecem entre Igreja e educação rural. Enfim, pode-se dizer que a construção das identidades dos/das professores/as também era mediada pela Igreja e pelos discursos de uma moral e ética cristãs. (ALMEIDA, 2001, pp. 98-99).

Louro (2013) destacou que, com o passar do tempo, aumentou a procura das famílias pelas escolas normais. Nos dizeres da autora, “a princípio são algumas, depois muitas; por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, seus uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres”, todos os detalhes faziam desse um espaço com um único foco: “transformar meninas/mulheres em professoras” (LOURO, 2013, p. 454).

As alunas frequentavam diversas aulas. As disciplinas incluíam: Matemática, Português, Música, Desenho, Francês, História da Civilização, Física e Química, Geografia, Ciências e Ginástica ou Educação Física e conhecimentos específicos como Trabalho Manuais, Pedagogia, Enfermagem e Psicologia. Com isso, percebemos uma maneira pela qual a mulher deveria ser formada:

As escolas normais deveriam formar professoras para um desempenho profissional calcado no humanismo, na competência e na moralidade. Às mulheres, essa educação, em nível médio, deveria bastar, mantendo-se o sexo feminino com um destino profetizado e ocupando o segundo lugar na esfera social (ALMEIDA, 2007, p. 99).

Na ENRA, na disciplina Trabalhos Manuais era ensinado corte e costura, pintura, bordados, aulas de culinária, artesanato entre outros (IMA, 2000). Embora Almeida (2007) tenha tratado das escolas normais no geral, observamos que o Curso Normal Rural da ENRA deveria formar professoras para atuarem no meio rural, uma vez que as localidades onde iriam atuar estavam situadas distantes dos centros urbanos. Mesmo as disciplinas de formação geral como Português, Matemática, Geografia Nacional, História do Brasil e Geral, História Sagrada, Catecismo, Pedagogia, Psicologia, Economia doméstica, Trabalhos Manuais, Higiene Escolar, Sociologia entre outras, eram permeadas pelos valores religiosos na ENRA. Cabe, ainda, uma ressalva: mesmo o curso sendo nomeado como Curso Normal Rural, não identificamos nenhuma disciplina que estivesse voltada especificamente para essa realidade.

A organização das Irmãs mostrava-se impecável. Além das mensagens do

jornal Alto Madeira que, embora apresentem um posicionamento do jornal a favor das atividades das FMA, os visitantes que frequentavam a escola deixavam suas impressões no livro Termo de Visita sempre com elogios e apontando os pontos positivos. A educação oferecida pela escola era comparada a das escolas oficiais.

Tem a Escola Normal, perfeitamente organizados e em dia, os livros de matrícula, frequência e visitas. O estabelecimento tem sido franqueado a quantas autoridades se tem dignado de o visitar. Os exames finais de cada anno tem sido presididos por diversas dellas. No cumprimento dos deveres civicos, a Escola festeja e commemora sempre, com galhardia e pompa, as grandes datas da patria. É de justiça que se coroe de exito a pretensão da Missão Salesiana de equipàrar ao ensino official sua casa de educação, o que será um dos mais relevantes serviços pelo Governo do Estado prestado á infancia desta região, pois os Salesianos, é notorio e sabido, veem, aqui, desenvolvendo, dentro dos moldes christãos, um verdadeiro programa instructivo de que resultará incalculaveis beneficios para a Familia e para a pátria. (IMA, 1937, p. 2)8.

Analizamos, portanto, que aliada a essas prerrogativas de educação feminina, os princípios religiosos deviam ser seguidos. Para Almeida (2007), a educação feminina acontecia marcada por questões culturais modeladas pela religiosidade. Desse modo, ponderamos que a educação feminina foi moldada por rígidas normas sociais. Percebemos que na instituição em estudo, a partir do trecho de um texto publicado no jornal Alto Madeira, clara alusão que cabia à educação feminina o papel de tornar as mulheres almas virtuosas. Muito embora o excerto do jornal tenha se referido à educação como um todo, notamos que o vocabulário usado esteve sempre envolto de termos os quais, rapidamente, associamos às questões religiosas. De acordo com o texto, a educação transforma a humanidade para afastá-la da vaidade, egoísmo e orgulho, um dos pecados capitais que distanciam as pessoas da salvação, do reino do céu, do Pai Celeste.

Parece-nos, como mencionado por Nilce Vieira Campos Ferreira (2014), prevalecia uma tentativa de tornar a escola um mecanismo que promovesse a transformação do indivíduo, atrelando a educação feminina à formação para cidadania, isto é, conformar um comportamento feminino “adequado” para a vida em sociedade e para o cuidado com a família.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, hoje Instituto Maria Auxiliadora, é parte da paisagem urbana, social e cultural da cidade de Porto Velho. Criada pelas irmãs salesianas, Filhas de Maria Auxiliadora, a escola teve, no período em estudo, o objetivo de formar professoras normalistas rurais, nível médio, para trabalharem em escolas rurais da região.

É perceptível que o ensino das moças se encontrava vinculado às próprias representações de uma mulher idealizada: uma mulher de conduta social ilibada, recatada e seguidora da fé cristã. Além disso, esperava-se formar mulheres capazes

de cuidar bem de seus lares e, se seguissem na carreira docente, capazes de serem boas educadoras das crianças, ou seja, mulheres exemplares segundo as normas salesianas.

As aulas ministradas na ENRA continham disciplinas gerais como Português, Matemática, Ciências Naturais e Física. Entretanto havia uma diferença para as disciplinas ofertadas para a educação feminina que também aprendiam os trabalhos manuais como corte e costura, bordado e produção de artesanatos. O bordado, a confecção de artesanatos, as “prendas domésticas” sempre estiverem envolvendo o contexto escolar das alunas.

A escola era, depois da Igreja, o primeiro espaço público que as moças portovelhenses passaram a frequentar. O sistema de internato da ENRA comprovou a preocupação que as FMA tinham em manter as alunas longes “do pecado”, da desonra/depravação social. Ao mesmo tempo que as isolava do convívio social era mais fácil levar as meninas e moças a tornarem-se seguidoras das crenças da FMA.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Vozes esquecidas em horizontes rurais: História de Professores**. 2001. 263 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ALMEIDA, Jane Soares. de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Campinas: Autores Associados, 2007.
- ALTO MADEIRA. Prelasia de Porto Velho. **Alto Madeira**, Porto Velho, ano IX, n. 872, 31 out. 1925.
- _____. Prefeitura Municipal de Porto Velho. **Alto Madeira**, Porto Velho, ano XIV, n. 1.429, 4 mar. 1931.
- _____. A educação das crianças. **Alto Madeira**, Porto Velho, ano XV, n. 1.540, 23 mar. 1932.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.
- AZZI, Riolando. **As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: Cem anos de história. A implantação do Instituto (1892 - 1917)**. São Paulo: Serviços Gráficos Grupo Imprensa, 1999-2009. 1 v.
- _____. **As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: Cem anos de história. A consolidação do Instituto (1917-1942)**. São Paulo: Centro Cultural Tereza D’ávila, CCTA, 1999-2009. 2 v.
- BARROS, Josemir Almeida. **Organização do Ensino Rural em Minas Gerais, suas muitas faces em fins do XIX e início do XX (1899-1911)**. 2013. 349 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho Patrimônio Histórico Material: Cem anos de História**. Porto Velho: [s. n.], 2007. pp. 130-132.
- BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições educativas: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Alínea Editora, 2009.
- CAPANEMA, Gustavo. **Relatório das atividades do Ministério da Educação e Saúde no período**

de 1930 a 1945. Relatório. 40 f. Brasil, 1946. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV3&pasta=GV%20c%201946.00.00/27>> Acesso em: 3 jan. 2017

CASTRO, Padre Afonso de. **Pedagogia e Espiritualidade em Cinco Sonhos de Dom Bosco**. Campo Grande: UCDB, 2014.

COSTA, Mauro Gomes da. (Org.). **A ação dos Salesianos de Dom Bosco na Amazônia**. Brasília, Distrito Federal: Editora Dom Bosco, 2009.

CRUZ, Maria de Fátima Cavalcanti Machado. Formação de professores: histórias de mulheres professoras. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Memórias de Professoras: história e histórias**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

EMMERICK, Rulian. Secularização e Dessecularização na Sociedade Contemporânea: Uma relação dialética. **SINAIS** - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.07, v.1, Junho. 2010. pp. 04-19.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. **Economia Doméstica: ensino profissionalizante feminino no triângulo mineiro (Uberaba/MG – 1953-1997)**. Jundiá, Pacto Editorial: 2014.

INSTITUTO MARIA AUXILIADORA. **Ata Escolar Normal Rural – 1937 a 1942**. Porto Velho, 1937.

_____. **Histórico do Instituto Maria Auxiliadora**. IMA, 2000.

LOPES, Ivone Goulart. **Presença das Filhas de Maria Auxiliadora entre os povos Bororo e Xavante**. Cuiabá, Mato Grosso: EdUFMT, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. NAGLE, Jorge.. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ORTIZ, Fernanda Ros. **A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961)**. 2014. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

PENTEADO, Yara. **Auxiliadora 70 anos**. Campo Grande: Ruy Barbosa, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação Brasileira: A Organização Escolar**. 13. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-099-5

